



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho n.º 11 519/2007

Considerando que a mestre Ruth Maria de Fátima Albuquerque apresentou o seu pedido de demissão do cargo de presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, para o qual foi nomeada através do despacho conjunto n.º 806/2005, de 20 de Outubro;

Considerando que a actual Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, permite a nomeação de titulares de cargos de direcção superior e de órgãos de direcção dos organismos da administração indirecta do Estado após a sua entrada em vigor, independentemente da entrada em vigor dos diplomas que procedam à criação, fusão e reestruturação dos respectivos serviços, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 29.º;

Considerando a reconhecida competência do Prof. Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia na área da cooperação para o desenvolvimento e que se tem revelado no exercício de funções no referido Instituto, na qualidade de vogal do conselho directivo, e em experiências passadas, no exercício do cargo de vice-presidente do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa;

Determina-se o seguinte:

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 13.º dos Estatutos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, ainda em vigor, por força do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, e do n.º 3 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, é exonerada, a seu pedido, a mestre Ruth Maria de Fátima Albuquerque.

2 — Nos termos do n.º 5 do artigo 18.º e do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, e dos n.ºs 1 do artigo 18.º e 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento o Prof. Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, professor associado com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

3 — O nomeado reúne os requisitos legais, académicos e profissionais para ser nomeado no cargo em apreço, conforme descrito no *curriculum vitae* que se publica em anexo.

12 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Filipe Marques Amado.

#### Curriculum vitae

Nome — Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia.  
Data e local de nascimento — 20 de Novembro de 1953, em Angola.  
Graus académicos:

1979 — licenciado em Agronomia, ISA, UTL;  
1990 — doutorado em Engenharia Agrónoma, ISA, UTL.

Actividade académica:

Presente situação — professor associado com agregação do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL);

2004-2005 — vice-presidente do Departamento de Agro-Indústrias e Agronomia Tropical;

1998-2001 — presidente do Departamento de Agro-Indústrias e Agronomia Tropical;

1994-actualidade — responsável pelas disciplinas de Agricultura Tropical, Culturas Tropicais e Sistemas Agrícolas Tropicais (curso de mestrado em Produção Agrícola Tropical);

2004-2008 — membro da comissão coordenadora do curso de graduação em Engenharia Rural e do Ambiente e ser desenvolvido pelo ISA, UTL e o INIDA de Cabo Verde;

2004-2006 — membro da comissão coordenadora responsável pela implantação de um curso de mestrado em Agronomia e Recursos Naturais como exemplo de uma parceria entre a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade Agostinho Neto de Angola;

2001-1998 — coordenador nomeado pelo ISA dos cursos de bacharelato em Cabo Verde de Produção e Protecção das Plantas e de Economia e Sociologia Rural;

1996-1993 — coordenador nomeado pelo ISA do curso de bacharelato em Ciências Agro-Florestais que a UTL (ISA) realizou em Cabo Verde.

Bibliografia:

Muondo, P., Correia, A. M., Moreira, I., «Sistemas de produção da mandioca. Municípios de Icolo e Bengo e de Cacus», in *Angola, Agricultura, Recursos Naturais, Desenvolvimento Rural*, II vol., pp. 267-290, 2006, ISAPress, Lisboa;

Chinga, S., Rodrigo, I., Correia, A. M., «A agricultura familiar e a produção de café. Comuna de Assango (município do Amboim), província do Kuanza Sul», in *Angola, Agricultura, Recursos Naturais, Desenvolvimento Rural*, II vol., pp. 311-331, 2006, ISAPress, Lisboa;

Correia, A.M., et al., «Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais. Uma parceria entre a Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior de Agronomia e a Universidade Agostinho Neto — Faculdade de Ciências Agrárias», XVI Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2004, São Paulo;

Correia, A. M., «O ensombramento e o sistemas agro-florestais», documento apresentado para obtenção de grau de agregação (full professor), 2004;

Correia, A. M., *A Importância na Investigação Agrária no Desenvolvimento. Seminário Agricultura em Angola. Desafios e Perspectivas*, pp. 36-57, 2004, ISAPress, Lubango;

Correia, A. M., *Serão os Sistemas Agrícolas Tropicais Sustentáveis? Desafios da Agricultura Tropical no Início do Milénio*, SCAP, ISA, IICT, 2003;

Matos, Rosa, P. de, Pereira, A., Conceição, A., Correia, A. M., Mexia, A., *Armazenamento Tradicional na Arca de Luanda, Angola. Desafios da Agricultura Tropical no Início do Milénio*, SCAP, ISA, IICT, 2003;

Correia, A. M., «Hoje come-se. Amanhã não sabemos. África hoje», *Directório de Consulta do Continente Africano*, n.º 7, Anuário, 2002, pp. 10-11, Lisboa;

Correia, A. M., «Serão os sistemas agrícolas e a agricultura inimigos da biodiversidade?» *Cooperação*, ano 1, n.º 3, pp. 31-35, 2002, ICP, Lisboa;

Correia, A. M., «Que papel para a agricultura no desenvolvimento de Angola», Primeiro Colóquio sobre Agricultura, Sociedade e Desenvolvimento Rural de Angola, 2002, ISA, Lisboa, 20 e 21 de Junho;

Correia, A. M., «Outra vez a agricultura», *Cooperação*, ano 1, n.º 2, pp. 49-52, 2002, ICP, Lisboa;

Correia, A. M., «Cooperação agrícola, essa esquecida», *Cooperação*, ano 1, n.º 1, pp. 41-42, 2001, ICP, Lisboa;

Correia, A. M., «A água como um dos factores limitantes de desenvolvimento do continente africano no próximo milénio». *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*, pp. 159-174, 2001, ISCS, Lisboa;

Madaleno, I. M., & Correia, A. M., «Alleviating poverty in Maputo, Mozambique», *Urban Agriculture Notes*, City Farmer, 2001, <http://city-farmer.org/mozambique.html>;

Correia, A. M., «Coconut situation in Mozambique», *COGENT/IPGRI Newsletter*, n.º 4, pp. 11, Novembro de 2000 (ISSN 1563-4396);

Correia, A. M., & Trindade, C. P., «Produção agrícola em Moçambique», VI Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000, Rio de Janeiro;

Correia, A. M., & Trindade, C. P., «Subsídios para a caracterização do meio agrário Moçambicano», VI Jornadas de Engenharia dos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2000, Rio de Janeiro;

Correia, A. M., «Condições africanas face ao incremento das necessidades alimentares do próximo milénio: Estratégias», XVII Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, p. 22, SBCTA, Fortaleza, *Revista de Ciências Agrárias*, vol. xxiii, n.ºs 3 e 4, pp. 96-119, Lisboa.

Experiência profissional:

2006-2005 — membro do conselho directivo do IPAD com os pelouros programas de cooperação com Angola e com a Guiné-Bissau: bolsas de estudo, sociedade civil e ajuda humanitária. Representou a Cooperação Portuguesa nas Cimeiras Ibero-Americanas de Salamanca e Montevideu;

2001-2003 — vice-presidente do Instituto da Cooperação Portuguesa com responsabilidade da elaboração dos programas de cooperação trianuais com os países africanos lusófonos;

Consultor em vários projectos nas seguintes áreas:

- Pedagógica — (Moçambique, Angola e Cabo Verde);
- Desenvolvimento (Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Brasil);
- Culturas comerciais — (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau);
- Segurança alimentar — (Moçambique e Brasil);

2003-1998 — delegado nacional às reuniões do CGIAR (Consultative Group for International Agricultural Research);

2002-1998 — membro do Steering Committee do European Forum for Agricultural Research Development (EFARD);

2005-1995 — membro do Advisory Committee do CTA. Projecto de informação agrária da União Europeia para os países de África, Caraíbas e Pacífico;

2004-1999 — perito nacional para o 5.º Programa Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento da União Europeia.

#### Despacho n.º 11 520/2007

Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no n.º 4 do artigo 12.º, nos n.ºs 2 e 7 do artigo 23.º, na alínea b) do n.º 3 do artigo 24.º e no anexo I a que se refere o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, determinamos que o ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros pessoal diplomático Nuno Filipe Alves Salvador e Brito seja nomeado director-geral dos Assuntos Europeus.

O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

23 de Abril de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

#### Nota biográfica

Brito (Nuno Filipe Alves Salvador e) nasceu em 5 de Agosto de 1959, em Gabela, Angola; licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada aberto em 18 de Março de 1983; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 12 de Março de 1984; terceiro-secretário de embaixada, em 27 de Outubro de 1986; segundo-secretário de embaixada, em 15 de Abril de 1987; na Embaixada em Washington, em 12 de Setembro de 1987; na Secretaria de Estado, em 9 de Junho de 1993; no Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2 de Agosto do mesmo ano; conselheiro de embaixada, em 4 de Outubro de 1994; chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa, em 28 de Outubro de 1995; na Representação Permanente junto das Nações Unidas, em 20 de Janeiro de 1997; representante permanente-adjunto, em 26 de Abril de 1999; representante alternante no Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 20 de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 1998; representante alternante nas 52.ª, 53.ª, 54.ª, 55.ª e 56.ª sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas; representante-adjunto no Conselho Económico e Social das Nações Unidas, de Janeiro a Junho de 2002; ministro plenipotenciário de 2.ª classe, em 26 de Março de 2002; assessor diplomático do Primeiro-Ministro, em 2 de Julho de 2002; director-geral dos Assuntos Comunitários, em 14 de Março de 2005; ministro plenipotenciário de 1.ª classe, em 27 de Março de 2005; co-presidente da Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça, em 13 de Abril de 2005; conselheiro do Conselho Económico e Social, desde 29 de Setembro de 2005. Medalha de mérito da defesa nacional de 1.ª classe.

Grande Oficial da Ordem do Mérito da República da Hungria.  
Grande Oficial da Ordem do Mérito da República da Áustria.  
Grande Oficial do Cruzeiro do Sul, República Federativa do Brasil.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Despacho n.º 11 521/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), no quadro da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei

n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a consequente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, consuma-se a reestruturação da Direcção-Geral da Administração da Justiça, a qual se encontra associada a uma redução do número de cargos dirigentes.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente da Direcção-Geral da Administração da Justiça, processo que ora se inicia com a nomeação do dirigente máximo do serviço.

Assim, obtida a autorização do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, é nomeada, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 13.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006 e com os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril, a juíza de direito licenciada Helena Maria Mesquita Ribeiro para exercer, em comissão de serviço, o cargo de directora-geral da Administração da Justiça.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evidência o respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

A nomeada pode exercer a opção consagrada no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Abril de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

#### Curriculum vitae

Nome — Helena Maria Mesquita Ribeiro.

Filiação — Maria Emília Mesquita Ferraz Ribeiro e António Ribeiro.

Data de nascimento — 30 de Outubro de 1967.

Estado civil — casada.

Naturalidade — Angola.

Nacionalidade — portuguesa.

Bilhete de identidade n.º 9976151, emitido em 26 de Novembro de 1999, pelo arquivo de identificação de Lisboa.

Contribuinte fiscal n.º 206904088.

Residência — Boavista, Oliveira, 4605-204 Vila Meã.

Habilitações literárias — licenciatura em Direito, com média final de 15 valores, obtida em 1 de Agosto de 1991 na Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito do Porto.

De Setembro de 1991 a Julho de 1992 — leccionação de Direito Fiscal, Direito do Trabalho e Direito Comercial no Instituto Nuno Álvares Pereira, em Caldinhas, Famalicão;

3 de Janeiro de 1994 — ingresso na Câmara Municipal de Lousada como técnica superior jurista, assegurando também o necessário apoio jurídico à Associação de Municípios do Vale do Sousa;

28 de Janeiro de 1998 — nomeada chefe de divisão dos Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Lousada;

14 de Abril de 1998 — nomeada chefe de divisão de Assuntos Administrativos da Câmara Municipal de Penafiel, em regime de substituição;

2 de Março de 1999 — nomeada directora do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Penafiel;

De 25 de Outubro de 1999 a Abril de 2002 — deputada da Assembleia da República, tendo sido membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão do Equipamento e das Obras Públicas;

7 de Janeiro de 2003 — ingresso no Centro de Estudos Judiciários, como auditora de justiça;

5 de Janeiro de 2004 — nomeada juíza administrativa do 2.º Juízo do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto;

Maio de 2004 — vogal efectiva do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

23 de Maio de 2005 — directora-geral da Administração da Justiça;

2006 — curso de altos dirigentes frequentado no Instituto Nacional da Administração.

#### Despacho n.º 11 522/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE),